



## **Por uma sociologia relativamente exata**

*Michel Callon & Bruno Latour (École des Mines, França)*

(artigo redigido em 1983 e jamais publicado)

[“Pour une sociologie relativement exacte” in Jonathan Roberge, Yan Sénéchal et Stéphane Vibert, *La Fin de la société. Débats contemporains autour d’un concept classique*, Athéna édition, Outremont, Québec, 2012, pp. 39-66.]

**Tradução: Diogo Silva Corrêa**

Enquanto a sociologia, fiel às suas origens, se absteve de estudar as ciências e as tecnologias, seu desenvolvimento, mesmo se foi frequentemente fragmentado e por vezes caótico, não foi verdadeiramente interrompido. Negociando as fronteiras reconhecidas com a economia, a psicologia, a etnologia, o direito e a biologia, foi-lhe possível manter um território próprio, apesar das inúmeras incursões bárbaras, de algumas excursões temerárias e algumas tentativas de anexação. Essa política territorial modesta, mas segura, começou a mudar quando a sociologia quis ser também sociologia ‘das’ ciências e das tecnologias.

No início, para dizer a verdade, ninguém percebeu a mudança. O programa de Merton parecia uma extensão fácil e legítima, um pouco como acrescentar polders ao Golfo Zuiderzee. Por que, com efeito, não fazer uma sociologia de todas as “logias”, disciplinas rivais cujas competências transbordavam aquelas da sociologia? Contudo, essa extensão, no início fácil, tornou-se rapidamente perigosa. A explicação em termos de grupos sociais, de interesses, de classe, de campo, de poder ou de dominação começou a se enfraquecer à medida

que se queria analisar cada vez mais de perto os detalhes das disciplinas científicas. A sociologia não parecia ainda impotente, mas já era mais fraca do que os conteúdos dos quais ela pretendia dar conta. Os trabalhos do que se chama de Escola de Edimburgo marcam essa etapa de incerteza; a uma análise fina, mas internalista dos conteúdos científicos estão justapostos, no início e no fim, explicações sociológicas sem real relação com os conteúdos técnicos tratados no corpo das análises. Esses estudos são semelhantes a colagens: o social é acrescentado aos conteúdos técnicos que ele não explica. A amostragem dos recursos da sociologia parece, pouco a pouco, esvaziá-la da sua própria substância e da sua força explicativa. De todas as partes, novos estudos nos chegam, sempre mais detalhados e mais desprovidos de interpretações sociológicas pertinentes. Decididamente, essa tentativa de extensão da análise sociológica às ciências e às tecnologias virou uma catástrofe para a ciência metrópole. Nós chegamos ao ponto em que não há mais do que duas soluções. Ou bem abandonar as ciências e as tecnologias, declarando-as sempre rebeldes a toda explicação sociológica, e assim ficar aquém de nossas fronteiras e cultivar nosso jardim reduzido, mas limpo; ou bem fazer a sociologia passar por transformações suficientemente radicais para que ela se torne capaz de explicar com pertinência esses objetos que ela tinha primeiro abandonado para, em seguida, engoli-lo de uma vez só.

Nós queremos, nesse artigo, explorar a segunda solução. Pois ainda que essa solução seja temerária, mais até do que a primeira, nós não desejamos, de modo algum, depois de todos os nossos investimentos em terra estrangeira, nos tornar repatriados. A solução que propomos tem o mérito da simplicidade: à sociologia que a partir de agora chamaremos de “prérelativista”, nós queremos opor uma sociologia relativista. Essa, como a física do mesmo nome, visa não a negar, mas a reforçar a possibilidade de uma ciência objetiva, mudando o ponto de vista do observador, a definição da medida, a natureza da explicação e do quadro espaço-temporal. Longe de “cair no relativismo”, como se costuma dizer, nós queremos flutuar sobre ele. A solidez do quadro de referência que permite a explicação não consiste mais na busca pela terra firme ou por um saber sociológico clarividente, mas nas diferenças de solidez entre o casco e a água, no desenho do barco, no traçado das viagens por fazer, quer dizer, nas entre-definições dos atores.

A sociologia prérelativista repousa sobre quatro postulados fortemente ligados uns aos outros, de modo lógico e coerente:

1. Existe, em princípio, propriedades estáveis e intrínsecas à vida em sociedade, ou da evolução das sociedades, mesmo se, na prática, essas propriedades são difíceis de estabelecer.
2. Os atores não tem poder sobre as determinações, o sentido ou as consequências de suas condutas, as quais devem ser compreendidas indiretamente pelo estudo das sociedades ou de grupamentos nos quais eles estão inseridos ou que então produzem

por meio de suas ações; alguma atividade que lhes é acordada (o estado de dopado cultural, como diz Garfinkel sobre o estado dos indivíduos), sua dimensão é portanto sempre menor que a da sociedade que os inclui ou que eles compõem.

3. A consequência desses dois primeiros princípios é fazer dos atores sociais informantes que transmitem informações sobre a vida em sociedade; como eles estão tomados pela sociedade, eles são informantes indispensáveis para superar as dificuldades práticas na busca pela descoberta dos princípios da sociedade; como eles estão incluídos na sociedade que os ultrapassa, são os informantes que convém escutar com desconfiança. Essa mistura de confiança e desconfiança na interpretação dos informantes define o *savoir-faire* do sociólogo.
4. Graças a esse *savoir-faire*, é possível ao sociólogo discernir as propriedades estáveis e intrínsecas à vida social em que os atores se situam. A explicação que ele propõe é da ordem da metalinguagem. O sociólogo compreende então porque o informante possui uma visão relativa, incompleta, enviesada, inconsciente da vida social.

Nada permite criticar esses quatro postulados: se há, em princípio, propriedades estáveis que são inerentes à vida em sociedade, então passa-se do micro-ator (por exemplo, o indivíduo) aos macro-atores (por exemplo, a instituição) por relações de inclusão; por conseguinte, o ator é um informante útil, mas do qual é preciso desconfiar; o tratamento de seus pontos cegos permite então criar uma “ciência”, no sentido prérelativista da palavra, que torna consciente a “simples prática” dos informantes.

Nada viria colocar em dúvida essas evidências do ofício do sociólogo se não fosse preciso lidar com as máquinas e os fatos científicos. Quando se aplica esse modelo clássico de sociologia a essas temáticas, o número de deformações e de paradoxos absurdos é tal que ele se torna rapidamente inutilizável. O mais conhecido desses paradoxos é o da “reflexividade sociológica”. No quadro prérelativista, essa reflexividade assegura às ciências e às tecnologias um estatuto de extraterritorialidade que torna a análise impossível. Fazendo da sociologia uma metalinguagem capaz de elucidar o que escapa aos atores, a ela é acordada o mesmo privilégio exorbitante que às outras ciências, o de não poder ser submetida à análise sociológica. É ao preço dessa bizarrice que a sociologia pode se arrogar o direito de ter a última palavra. Do mesmo modo, a sociologia dos conteúdos científicos torna-se sem sentido pois ela é, para a sociologia clássica, autodestrutiva. Para evitar esse e muitos outros paradoxos, parece-nos útil propor quatro outros postulados tão coerentes quanto os precedentes, a fim de por um fim a essas deformações e adaptar, desse modo, a sociologia ao estudo das ciências e das tecnologias.

1. Não há em princípio propriedades estáveis que sejam próprias à sociedade ou à sua evolução, mas na prática os atores podem definir propriedades localmente e estabilizá-las por um tempo.
2. Os atores definem a sociedade uns para os outros, o que ela é, o que ela faz, como ela evolui e seu tamanho; eles definem também as relações de inclusão e qual ator é maior que o outro.
3. Não falta nada aos atores – sobretudo, não lhes falta consciência; eles são tão completamente lúcidos, explícitos, informados quanto for necessário para que componham, cada um, a totalidade da sociedade.
4. Os sociólogos não se colocam questões diferentes das que, segundo as circunstâncias, se colocam para os atores. Eles são atores como os outros, definindo a sociedade e lutando por vezes para expandir as suas definições. Os sociólogos não se distinguem dos outros como a infralinguagem da metalinguagem, mas como uma profissão se distingue da outra – digamos, como um padeiro de um doceiro ou um programador de um engenheiro de sistema.

Vê-se que os dois conjuntos de postulados se opõem a respeito de quatro pontos fundamentais: sobre a relação entre o que se pode conhecer na prática e por princípio; sobre a definição do ator; sobre a natureza do conhecimento e, daí, da sociologia. Passar de um conjunto ao outro supõe uma mudança de ontologia que nós não abordaremos aqui. Nós nos contentaremos, nesse artigo, em demarcar as diferenças de explicação sociológica obtidas a partir da escolha de um quadro relativista ou prérelativista.

## **I: Inversão de práticas e de princípios**

Exemplo 1: No curso de uma pesquisa sobre a Rhône-Poulenc, eu entrevistei o seu CEO. Às questões colocadas, ele responde sem hesitar. Ele desenha na frente dos meus olhos o estado da sociedade francesa e da economia mundial. Pela sua boca, Rhône-Poulenc abarca alguns departamentos e setores, um punhado de executivos, uma estratégia de longo prazo e recursos financeiros limitados. O grupo se engaja em uma reestruturação industrial difícil e em uma concentração de investimentos em química fina. O presidente prevê que os sindicatos vão protestar, sobretudo a CGT (Confederação Geral do Trabalho), mas o governo, ele acrescenta, deu garantias: ele está pronto para sustentar a reestruturação que é, ele reconhece, de um interesse vital para a indústria francesa; na realidade, ele diz, é sobretudo o Ministério da Fazenda que assumiu esse compromisso, pois na Indústria, as opiniões são compartilhadas. Quanto ao Presidente da República, ele deixa entender – segundo o CEO, foi o que um colaborador próximo lhe contou –, que ele saberá mostrar firmeza. É verossímil, diz o CEO, uma vez que essa postura se inscreve bem na linha política do Presidente da República,

ele não hesitará em confrontar, em nome do realismo econômico, um sindicato próximo ao PC (Partido Comunista). Nessa entrevista, o Presidente diz que ele poderia detalhar certos aspectos e insistir sobre o papel desempenhado pelo preço do petróleo, pelas relações Norte-Sul e pelas moléculas complexas que será preciso rapidamente saber sintetizar por um preço barato. Na entrevista, contudo, nada diz que se trata de um ponto de vista particular sobre uma realidade: é o estado de forças.

Na sociologia prérelativista, a exposição do CEO aparece como uma visão particular de um estado de coisas muito mais complexo do que ele; o CEO não vê ou, pior ainda, dissimula. O sociólogo tem o dever de mostrar o que há de assustadoramente redutor e simplificador nessa visão. Para demonstrá-lo, é preciso multiplicar a lista de atores “esquecidos” pelo CEO: a concorrência internacional, a luta de classes, a alta dos custos salariais. É possível utilizar essa entrevista para reconstituir a ideologia, a representação, a visão deformada, a arrogância dos industriais, mas é preciso sobretudo não confiar nelas. O CEO se inscreve em uma hierarquia de fenômenos e só vê (ou confessa) apenas uma parte. O sociólogo vê mais alto e mais longe, ele quer incluir o CEO na sociedade e explicar seu comportamento e o discurso enviesado que ele profere sobre essa última.

Na sociologia relativista, os deveres e os direitos são inversos. Enquanto o CEO não indica que há outros pontos de vista possíveis, enquanto ninguém vem interromper a sua exposição, ele é o estado de coisas. Ele não representa de modo parcial a realidade; ele constrói de modo completo toda a realidade. Como as mônadas de Leibniz, ele é todo o mundo de que necessita, ele é, no sentido próprio, uma enteléquia ou, para adaptar a expressão de Braudel, um ator em que se faz todo um mundo. Esse ator-mundo define os outros atores (a CGT, a concorrência, o Presidente da República); esses outros atores são humanos ou não humanos (as moléculas, os planetas), coletivos ou individuais (a CGT, o setor da química fina); cada um dos atores definidos é dotado de um conjunto de propriedades, de motivações (a linha política do Presidente, a resistência provável da CGT); essas propriedades determinam um conjunto de resistências e de plasticidades que definem o espaço e o tempo desse ator mundo (as resistências da CGT vão retardar a reestruturação, mas o apoio do Presidente e a síntese das moléculas vão acelerá-la). Essa capacidade do ator de criar a totalidade do mundo é importante, porque o analista que se pusesse a querer extrair o ator do espaço e do tempo que ele construiu, a fim de mergulhá-lo em um outro quadro de referência (classes sociais, campo simbólico), se tornaria culpado de uma verdadeira deformação. Mais que um crime, um erro: ele se condenaria a falar de outra coisa. O ator vai muito bem e obrigado, e você?

Por que cortar os cabelos em quatro e fazer disso uma argúcia filosófica? Na escala de uma entrevista, nós admitimos alegremente que a escolha em favor de um ou outro quadro

de referência não parece ter consequências. A diferença não se faz sentir senão na segunda entrevista.

Exemplo 2: no curso de uma pesquisa, eu entrevistei Marc P., operário em uma das fábricas de química industrial do grupo Rhône-Poulenc. Marc P. foi eleito pelos seus colegas como representante sindical para o conjunto da indústria química francesa. Enquanto delegado sindical, ele encontra regularmente o Estado-Maior de Rhône-Poulenc para negociar as convenções coletivas, mas também para dar seu ponto de vista ou aquele do sindicato sobre os projetos de investimento da firma. Ele me fala das relações Norte-Sul, da concorrência internacional, do desenvolvimento científico da química. Ele enfatiza, em particular, que a química é uma das raras indústrias nacionais a não receber sustento sistemático e regular do Estado. É, ele diz, um signo de boa saúde. Isso não deve ser posto em causa, pois essa ausência de sustento regular e sistemático é o resultado do esforço consentido por todos os trabalhadores do setor. É por essa razão, ele diz, que é preciso não tomar decisões que possam ir de encontro com o interesse desses últimos. A indústria química não é uma indústria envelhecida, é uma indústria que se deixa envelhecer, que se deixou sacrificar. Para rejuvenescê-la, para evitar que ela não vá se implantar no exterior, não há senão uma solução: incentivar as pesquisas. O Estado deveria assumir suas responsabilidades. A pesquisa em química não recebe praticamente nenhuma ajuda governamental. Com o objetivo de que as decisões sejam tomadas, diz Marc P., é preciso não deixar a iniciativa ao encargo de alguns dirigentes que se arrogaram o direito de definir o futuro de Rhône-Poulenc, em função dos critérios da economia capitalista. Convém mudar as relações de poder, trazer os trabalhadores à participação da elaboração da estratégia da firma, em poucas palavras, tornar fato a vontade expressa pelo povo francês no dia 10 de Maio de 1981.

As dificuldades começam a se acumular na sociologia prérelativista. Onde efetivamente situar esse operário Marc. P.? Em um sentido, ele está abaixo do CEO que o inclui, dado que o pesquisador não chegou até ele senão descendo a hierarquia e indo de níveis gerais a níveis de mais a mais “baixos” e “pequenos”; em um outro sentido, contudo, nós retornamos a uma “visão global das coisas”, e mais global porque ela inclui Rhône-Poulenc e seu CEO no desenvolvimento do capitalismo monopolístico de Estado, e naquele da química. Por outro lado, sua visão é grosseiramente simplificada; ele diz ‘a Direção’ justamente onde o CEO pode detalhar durante horas as lutas entre serviços que são essenciais à sua análise. A situação se complica ainda mais se eu tenho não apenas um nem dois, mas trinta entrevistas, nas quais todos falam com segurança de verdadeiros atores, de suas verdadeiras motivações, de verdadeiros obstáculos e de verdadeiros detalhes importantes. No quadro prérelativista, não há outras soluções senão escolher um quadro de referência único e de nele marcar, por

projeção, a posição de cada um dos informantes. Evidentemente, as deformações se multiplicam à medida que se coloca em duas ou três dimensões as 'n' dimensões da pesquisa. Dir-se-á do CEO, por exemplo, que ele tem uma visão interessada do conjunto, e o sindicalista dá conta disso porque, representando sua classe, ele vê mais longe e de modo mais amplo; inversamente, pode-se dizer que a visão do sindicalista é particularista, corporativista e que ela está incluída, como um detalhe, na do CEO que, aliás, a engloba na elaboração de sua estratégia. Mais a explicação se amplifica, mais os informantes são desqualificados e mais o sociólogo torna-se comparativamente inteligente; os informantes não sabem o que dizem, não sabem o que veem; perdoem-lhes, meu pai, eles não sabem o que fazem; mesmo se eles negam ferozmente o que se passa, nós somos suficientemente fortes, nós, os sociólogos, para determiná-lo. No final de contas, os que veem mais longe e de modo mais amplo são sempre os sociólogos.

Em sociologia relativista, ao contrário, o sociólogo não vê, literalmente, além da ponta do seu nariz. Não há nenhum quadro de referência sobre o qual projetar ou localizar as posições de seus informantes. A razão dessa impotência é que os atores não estão de acordo sobre o quadro de referência, sobre o alto e sobre o baixo, sobre o pormenor e sobre o global, e que o sociólogo deseja é, como se diz, “nada acrescentar”. Essa ausência de quadro de referência tem uma vantagem enorme: os atores possuem todo lugar e tempo que desejam para desenvolver seus desacordos. A um só quadro de referência presente em princípio, mas que produz na prática deformações grandiosas, substitui-se um quadro de referência ausente em princípio, mas constituído, pouco a pouco, pela prática. O Presidente da República, o sindicalista, a CGT, o CEO, seu Estado-Maior, o benzeno não estão no “mesmo” quadro de referência, mas isso não ocorre por falta de tentativa! Eles se põem a construir “o mesmo” e é nisso que eles concentram-se todos os seus recursos. Enquanto a definição do quadro de referência estava fora do campo da sociologia prérelativista, ele ocupa, na sociologia relativista, o centro das atenções. O preço a pagar é uma redistribuição de competências. Aos atores é garantida sua inteligência enquanto o sociólogo pode provar a sua (ver parte 4). Os atores ‘hierarquicamente’ inferiores se encontram capazes de proezas ontológicas, definindo o espaço e o tempo, recriando novas forças, até mesmo novas cosmologias e sobretudo, como Menocchio, o moleiro, definindo uma metalinguagem sobre o verdadeiro e o falso, sobre a falsa consciência, sobre os testemunhos, etc. Mais os atores se emancipam e se tornam capazes

de lutar pela definição do quadro de referência, menos o sociólogo os apreende de fora e se crê capaz de discernir a verdade da mentira.

O leitor poderá, talvez, fazer uma objeção, dizendo que a diferença entre os dois conjuntos de postulados permanece, no final das contas, pequeno: “a França” é um ator “maior” que “Rhône-Poulenc”, a qual é maior que o “CEO”, o qual é maior que o operário Marc P., que ele pode demitir. Mesmo se o tamanho é objeto de disputa, uma vez a disputa regulamentada, o tamanho não varia mais e tem-se o direito de falar em “níveis” de generalidade ou de inclusão. Nós admitimos esse ponto, como na física relativista admite-se facilmente que é inútil calcular as transformações de Lorentz para passar de um observador se deslocando numa mobylette para um observador se deslocando em uma bicicleta. Tudo muda se o interesse se volta para grandes diferenças de velocidade ou, no caso da sociologia, para as grandes controvérsias sobre a natureza do tamanho dos atores. Nesse caso, os dois modelos chegam a conclusões completamente diferentes. Dito de outro modo, as hierarquias de inclusão não são transitivas senão em período calmo e depois de estabilizadas. Se  $A > B$  e se  $B > C$  então  $A > C$ . Mas em período quente, é precisamente essa transitividade que falta. Quem inclui o outro, Walesa, ex-presidente do ex-Solidariedade, agora simples cidadão, ou Jaruzelski, simples atendente pessoal dos soviéticos que não representa senão uma elite governante? Diante de uma controvérsia, é preciso ou escolher seu campo e esmagar o outro ator dizendo que ele “se engana” ou que ele “mente” ou, pior ainda, traçar uma média no meio dessa nuvem de pontos, apoiando-se nas estatísticas para pensar. Há, contudo, uma outra solução, que é a de tomar o quadro relativista e admitir que os atores estão em luta para definir os fundamentos da sociologia, a natureza da sociedade, a direção da flecha do tempo. Nós reencontramos sempre essas estranhas relações: o ator se emancipa se ele torna-se capaz, na prática, de definir seu quadro de referência; o sociólogo, por sua vez, é então privado de toda perspectiva externalista e de toda metalinguagem, mas o resultado final é que ele sabe mais e pode observar os conflitos invisíveis até aqui, sem reduzi-los e sem povoar o universo de informantes semi-idiotizados ou, inversamente, completamente maquiavélicos.

## **II: Sociologia procura ator a geometria variável**

Exemplo 3: o CEO me falou de Rhône-Poulenc e do apoio do Estado, mas ao ir ao Ministério da Indústria ele me confiou que, no próximo conselho de administração, um outro CEO será designado pelo ministro.

Na reunião do 3 de Janeiro, onde o CEO propôs seu plano de reestruturação, um violento discurso de Marc P., delegado sindical da indústria química, acusou Rhône-Poulenc de querer sacrificar a química industrial, de minar os interesses conjuntos da França e dos trabalhadores. Sobre permanência da CGT no ramo químico, X explicou-me que o camarada Marc P. tinha falado sobretudo em seu próprio nome; um outro relatório confidencial, redigido em grande parte por R., engenheiro químico, parece indicar o futuro da química fina e em particular do desenvolvimento rápido das pesquisas sobre uma certa molécula HXR12.

No centro de pesquisa de Aubervilliers, o engenheiro encarregado da nova molécula HXR12 estima ter resolvido todos os problemas fundamentais, graças à ajuda eficaz do laboratório do CNRS de Strasbourg; por outro lado, ele está cético quanto às possibilidades de industrialização, pois os únicos catalizadores que não se envenenam demasiadamente rápido são excessivamente caros.

Em sociologia prérelativista, essas brutais variações na identidade dos aliados e da natureza das alianças não possuem qualquer consequência significativa. Basta, com efeito, eliminar dos dados as variações excessivamente bruscas, de modo a remeter as controvérsias quentes aos estados frios onde um só quadro de referência é dado (ver acima); em seguida, é possível comparar essas variações ao que o sociólogo sabe que deve existir, como se compara uma trajetória pontilhada à curva ideal de sua função (o CEO “caiu em sã consciência”; o sindicalista “enfim se deu conta dos seus limites”; os interesses do engenheiro são “excessivamente limitados”; o progresso técnico “não pode ser acelerado”, etc.). Conhecendo o espaço e o tempo e a composição do mundo social, ao sociólogo torna-se possível julgar essas variações. Ele pode também eliminar friamente todos os aliados que não são humanos ou sociais (as moléculas, os leitos fluidizados, o benzeno não têm nada a fazer na história). Dado que o sociólogo sabe, em princípio, que há propriedades determinadas da sociedade, ele sabe que não deve seguir de muito perto as ilusões de seus informantes.

Em sociologia relativista, ao contrário, a variação dos aliados é o essencial. De fato, posto que não há em princípio qualquer quadro de referência, os esforços práticos dos atores para constituí-lo e estendê-los aos outros atores-mundos é a única coisa que o sociólogo tem à sua disposição. Os atores não possuem pontos de vista deformados sobre uma única realidade, eles lutam para formar localmente, e por um tempo, a unidade da realidade. De um ator a outro, a passagem não se faz, portanto, por um desvio *via* “a realidade”, depois por um retorno na direção de “um ponto de vista sobre a realidade”, mas, literalmente, por tudo o que cai sobre a mão dos atores. Os atores relativistas são à geometria variável.

A sociologia prérelativista julga necessário para o seu exercício a definição a priori do tamanho respectivo dos atores. É por isso que ela separa com cuidado a microsociologia da macrosociologia, as interações do sistema maior (que das primeiras estabelece os limites), os efeitos inesperados produzidos pela agregação dos indivíduos nesses mesmos indivíduos, a

infraestrutura da superestrutura. É esta divisão *a priori* que lhe permite julgar a qualidade das explicações; “essa daí comete o erro de esquecer o sistema”; “esse aí ignora as interações simbólicas”, “essa outra dá demasiada importância à infraestrutura”, “aquela outra é excessivamente local”, e assim por diante. Às vezes tomado pela paixão da classificação, o sociólogo pode, como Habermas e Touraine, multiplicar as tabelas e as hierarquias, ou até mesmo escolher um dos lados e anexar o seu nome a um tipo de ator (Bourdieu ao campo, Parsons ao sistema, Crozier à burocracia, Boudon ao indivíduo extrapolado pelas consequências não intencionais de seus atos).

Na sociologia relativista, se há uma coisa que não se sabe *a priori*, é o tamanho do ator. O CEO diz “Rhône-Poulenc quer reestruturar a química fina”. Qual é o tamanho da Rhône-Poulenc? Quando ele diz isso, o CEO associa todos os seus serviços, todo seu Estado-Maior, suas fábricas, seus centros de pesquisa, suas moléculas, suas leis da física, sua França ... tudo isso forma uma vontade única. Rhône-Poulenc age como um único homem, o CEO. Mas se ele vai embora no dia seguinte, o CEO torna-se apenas um homem que não age, mas sonhava a respeito do que ele poderia ter feito se Rhône-Poulenc o tivesse seguido. Então, qual é o tamanho da Rhône-Poulenc? Quem a representa? Quem fala por ela? Em sociologia prérelativista, este problema é solúvel em princípio, mesmo se, na prática, uma longa pesquisa para determiná-la se mostra necessária. Na sociologia relativista, esse problema não tem solução em princípio. Na prática, no entanto, ela se resolve a todo momento e de maneira muito simples. A solução tem sempre a mesma forma: aquele que fala em nome de outros foi interrompido por outras pessoas? Não? Logo, ele está certo. Sim? Logo, ele está errado.

Antes que o leitor se escandalize com essa permissividade, é necessário compreender o argumento relativista. Conferir ao ator a totalidade de seu mundo não é, de modo algum, falar do “indivíduo” ou opor uma sociologia do ator a uma sociologia do sistema, ou exaltar a “experiência intersubjetiva” ou o “mundo interior” em oposição às frias determinações sociais. É simplesmente dizer que a natureza, o tamanho, a função do ator são indeterminadas. O ator está sempre, portanto, em princípio, senão na prática, em busca de sua identidade, e para isso fala em nome de outras coisas. Ele é sempre um porta-voz, como o Leviatã de Hobbes. Mas um porta-voz pode ter a confiança dos outros e ser seguido ou ser contestado e reduzido a sua própria vontade. A sua “fidelidade” para “representar” aquilo do que ele fala pode ser contestada. Mas, para além da disputa e da discussão, não é possível duvidar das palavras do ator. Se o CEO me diz “Rhône-Poulenc quer”; se o engenheiro me diz “estas moléculas não podem sofrer as forças de Van der Waals em temperatura ambiente”, assim é, ao menos até que os outros a recusem, a redefinam e façam falar de outro modo aquilo do que eles eram porta-vozes.

Apenas a interrupção explícita por outro ator, em sociologia relativista, permite por em dúvida. Portanto, a dúvida não advém, como na sociologia prérelativista, da comparação feita pelo sociólogo entre o discurso de seu informante e pontos de referência fixos. A controvérsia é o que permite passar de um ator a outro. É a nossa transformação de Lorentz. Enquanto o ator diz a Natureza, a França, a Indústria, a Ciência sem ser interrompido, tais são os atores a serem levados em conta; se os outros dizem "uma concepção da Natureza", o "Partido Socialista", "Rhône-Poulenc", "o laboratório da química fina", outros atores irrompem e precisam ser levados em conta, sem que o sociólogo os privilegie e deles duvide antes que outros venham atacá-los.

Nesta controvérsia para definir o ator, o seu tamanho, o seu direito e a sua vontade, a vitória não é garantida em princípio, embora, na prática, haja vencedores e perdedores. Esta é a principal diferença com relação à sociologia prérelativista. Esta gostaria que houvesse combinações vencedoras, associações legítimas, ligações lógicas e, basicamente, que o melhor ganhasse. Esta concepção faz jus ao seu sentido moral, mas ela é absolutamente absurda em sociologia relativista. O que não podemos prever são precisamente as associações vencedoras, as combinações legítimas e as ligações lógicas. Devemos insistir nesse ponto, porque os leitores, pessoas honestas e sérias, muitas vezes possuem a verdade, o que lhes dá certo prestígio, mas precisamente por isso, eles não veem frequentemente o que conta para a verdade. Eles gostariam que a lista de atores fosse fechada, bem como a lista das associações. E é assim, para eles, que a sociologia se tornaria uma ciência digna desse nome. Para nós, a sociologia só pode tornar-se uma ciência ao deixar totalmente aberta a lista de associações, pois é desta abertura, e dela apenas, de onde pode vir a força extra que garantirá a vitória dos atores.

Exemplo 5: a linha transcontinentais de Bell descrita no artigo de Hoddeson. A companhia Bell + projeto de linha transcontinental + Física de Millikan + elétrons sem inércia + repetidor eletrônico = vitória, quer dizer, expansão de Bell, da Física de Millikan, de Millikan, dos estudantes de Millikan, dos elétrons, dos repetidores e de todos os comércios de São Francisco e da costa Leste. Esta combinação era imprevisível. Podemos dizer, de antemão, que era realizável ou irrealizável? Na sociologia prérelativista, sim, uma vez que um quadro de referência fixado sempre permite que o sociólogo o compare com a realidade e corrija o comportamento de seus informantes, segundo uma gradação sutil: sonhos, projetos, utopias, ideologias, abordagens razoáveis, embriões de verdade, ideias revolucionárias, etc., segundo uma gama tão sutil quanto o ranking das escolas de engenharia. Na sociologia relativista, o grau de realismo é indeterminável em princípio, dado que é segundo o número de aliados fiéis que se conformam à vontade do porta-voz que faz com que ela se torne realizável ou se torne irrealizável. A realidade está em questão, na sociologia relativista, enquanto ela está fora de questão ou é supostamente sempre conhecida na sociologia prérelativista. O sindicalista P., que nega ao CEO o direito de falar em nome da Rhône-Poulenc, torna esse último irrealista; o engenheiro, que alia o projeto

grandioso de Bell aos elétrons sem inércia de Millikan, o torna realizável; inversamente, o CEO, que opõe as restrições do mercado às utopias socialistas de P., torna o sindicato irrealista, assim como o elétron que só transmite o sinal em estado de vácuo torna irrealista o projeto de um repetidor eletrônico. Para vencer a pressão de outros atores que querem te tornar irrealizável, convém encontrar mais aliados ainda.

Em sociologia prérelativista, com seu quadro fixo de referência, sua composição conhecida, pelo menos em princípio, e a realidade fixada, a causa de um fenômeno pode sempre ser buscada em um ponto particular. Na sociologia relativista, com o seu quadro de referência em discussão, os seus atores à geometria variável, a sua realidade flutuante em função de alianças, a causa de um fenômeno deve ser buscada não em um ponto particular, mas em circunstâncias, em ocasiões. Às causas "sérias" e que reproduzem os mesmos efeitos da sociologia prérelativista, devemos opor as causas que servem apenas uma vez, as causas "descartáveis" da sociologia relativista. Nada prova, por exemplo, que Bell resistirá aos seus concorrentes ao aliar-se aos elétrons de Millikan. Como a lista de aliados confiáveis não está fechada, as mesmas causas não reproduzem os mesmos efeitos. Então, o que pode o ator fazer? Transmitir a pressão aos outros. Enredado em seus sonhos de causalidade, os sociólogos esquecem este princípio banal: a aliança faz a força. Na sociologia prérelativista, a solidez vem de um elemento rígido entre outros, o Sistema, a Luta de classes, a Infraestrutura, os Habitus. Ou este elemento rígido está presente, o que é suficiente para explicar a resistência do conjunto; ou está ausente, e toda a variedade de elementos, tão longa e tão completa quanto seja, nunca é suficiente, na opinião de sociólogos, para garantir qualquer solidez do conjunto. Na sociologia relativista, a situação é exatamente inversa. Se houvesse um único elemento sólido que fosse a causa da resistência do conjunto, ele iria se partir em pedaços. É a resistência dos materiais, do elementar. A solidez só pode ser obtida mediante a distribuição, a transmissão, a difração, a dispersão de pressões. A solidez, portanto, não pode nunca vir de um elemento, mesmo poderoso, mas de uma série de associações tão heterogêneas quanto possível para transmitir o mais longe possível as pressões. O modelo mítico da sociologia prérelativista é o Atlas carregando o mundo sob seus ombros. Na sociologia relativista, se Atlas carregasse realmente o mundo, ele quebraria; mas se ele não o carrega e sim transmite as pressões por todos os lugares em rede, então a terra, sob os seus ombros, não pesa quase nada, e seu papel só é crucial se ele consiste em transmitir força aos outros.

Ambos os modelos de sociologia são formados sob princípios completamente diferentes. É porque o quadro de referência é fixo que o sociólogo sério pode identificar as causas estáveis e buscá-las em fenômenos sólidos mais determinantes que os atores a serem explicados. Em tal cenário, a história do Bell não vai ser explicada, por exemplo, até que não tenhamos introduzido

o "capitalismo" ou "as estratégias de grupos multinacionais e de seus grupos dirigentes", bem como a história de uma molécula ou de uma bateria não será concluída, para os nossos colegas sociólogos, até que um grupo social bem definido não tenha dado as caras. O sociólogo prérelativista sempre acha a explicação relativista decepcionante, porque parece-lhe ser uma lista de aliados imprevisíveis, que desta vez se uniram por um tempo e de forma localizada. É um agregado de causas circunstanciais. Isso não deve ser levado a sério, posto que sempre faltam os atores sociais canônicos, ou seja, precisamente o "quadro de referência" obrigatório da sociologia que permite "fecundas generalizações". Por outro lado, vistos da sociologia relativista, as explicações prérelativistas, mesmo se estão saturadas de atores canônicos aos quais não falta nem o mais pequeno pormenor, permanecem sempre decepcionantes. "Falta"-lhes todas as controvérsias sobre a única coisa que importa: o aliado  $n + 1$  que permite levar a vitória nessas circunstâncias específicas. Em outras palavras, o sociólogo prérelativista acredita ser importante ter uma lista estável de atores sociais, enquanto o sociólogo relativista julga crucial a imprecisão que existe na definição de atores, imprecisão essa que lhe permite associar em tempo oportuno todos os tipos atores não-sociais. Para dizer de modo mais simples, a sociologia prérelativista acredita que o seu objeto é o social - objeto estável em princípio, embora, na prática, ele seja instável -, enquanto o sociólogo relativista acredita que seu objeto é a associação - objetos indeterminados em princípio, mas estabilizados pela prática. Querela de etimologia que permite guardar a mesma palavra para praticar dois ofícios bastante diferentes (ver IV).

Esta incerteza relativista sobre o quadro de referência, a natureza e o número de aliados que permitem manter a sua estabilidade na prática não nos torna indiferentes ao problema da verdade. Em vez disso, apenas o quadro relativista permite explicar, como consequência, porque alguns atores se tornam mais verdadeiros, mais reais, mais certos do que os outros, e por que eles constroem um mundo mais incontestável. É verdade aquilo que diz respeito a muitas coisas. Ao estudar o número de aliados e a força das associações, o sociólogo relativista pode explicar a verdade, ao passo que, na sociologia prérelativista, a verdade é apenas uma correia de distribuição de prêmios oferecidos ao vencedor (veja abaixo). A razão pela qual muitas vezes confunde-se a palavra "relativismo" com a indiferença para com o problema da verdade consiste na confusão entre princípios e resultados. Sob o pretexto de que, em princípio, a sociedade não pode ser determinada - posição comum ao relativismo "erudito" e banal -, esquecemos que, na prática, ela se determina constantemente ao ganhar uma controvérsia por meio da mobilização de atores imprevisíveis - posição própria ao relativismo "erudito" e omitida pelo relativismo banal. Reivindicar, como os etnometodólogos ou os relativistas da Escola de Bath o fazem, que não há nada estável, nada certo, nada verdadeiro, nada real, que tudo é contextual, relativo, local, é tão pueril quanto confundir a relatividade de Einstein com o provérbio "gosto não se

discute". É porque "tudo é relativo" que combinações vencedoras são possíveis e tornam indiscutíveis e irreversíveis certos atores-mundos. Se o princípio relativista é bem compreendido é, ao contrário, a capacidade prática de realizar, de tornar irreversível, de criar a verdade, que se torna o centro das atenções, e não qualquer vã "indexicalidade" que se poderia acrescentar às combinações vencedoras, para lembrar que elas poderiam ter perdido. Uma vez que *garfinkélizar* se tornou um verbo, ao menos em inglês, digamos que não se pode *garfinkelizar* uma usina nuclear. E isso não porque, em princípio, a central nuclear escaparia às associações, mas porque, ao contrário, ela escapa das associações exatamente porque ela obteve sua solidez de um grande número de associações que tornaram-se irreversíveis. A sociologia relativista tem por objetivo tornar a desigualdade entre associações manifestas, e não opor a igualdade mítica das associações à dura realidade.

A diferença essencial entre os dois quadros de referência reside na concepção do ator. Ao ator situável e integrado em níveis hierárquicos, convém substituir um ator à geometria variável: o ator agrega quantos aliados lhe for possível para se definir - ele é, portanto, multidão; só quando é interrompido por outros que ele aparece como um porta-voz em conflito mais ou menos aberto com os seus aliados - ele é então um ou muitos, dependendo da intensidade da controvérsia e da fidelidade de seus aliados. Enfim, atacado por todos os lados, um ator só se mantém como tal se ele transmite sempre mais longe e com mais precisão as pressões que se exercem sobre ele para negar seu direito à fala - nesse caso, ele é campo de forças que se transmitem. O ator obviamente não tem nada a ver com um indivíduo - ainda que ele possa sê-lo. Esse ator é precisamente tão ativo que ele não pode ser capturado como ser ou como relação. O comportamento desse ser estranho cria um espaço relativista bastante incomum, de modo que se torna importante para nós, agora, distinguir o quadro proposto pela sociologia prérelativista.

### **III: Das transformações de Lorentz às traduções de Serres**

Antes de abordar o modo como os dois conjuntos de postulados determinam o ofício do sociólogo, é preciso sublinhar o modo como eles concebem de forma diferente os movimentos. Na verdade, para simplificar, pode-se dizer que o que é direto e contínuo na sociologia prérelativista é curvo e descontínuo na sociologia relativista; e, inversamente, o que é enviesado e feito por desvios em uma torna-se retilíneo e não requer nenhuma explicação particular em outra.

Exemplo 6: Em minhas notas, eu leio que o CEO da Rhône-Poulenc me diz: "o setor da química mineral perde dinheiro, especialmente no departamento dos produtos à base de

cloro, eu vou me esforçar para reduzir o contingente de funcionários". Questionado mais tarde, o operário representante sindical P. me explica que a redução não passa de uma boa desculpa: "na verdade, os erros científicos e técnicos que fizeram a escolha da cloração foram desastrosos; se não se continuasse a pagar dividendos aos acionistas, eles não teriam que reduzir os funcionários, então são eles que é preciso reduzir, e não os funcionários; quando se comete erros de gestão, não são os trabalhadores que devem pagar a conta, mas a direção; de todo modo, a região, o que ela vai se tornar?"

Em sociologia prérelativista, seria preciso antes de tudo definir os atores, contá-los, atribuir-lhes uma força, para então fazê-los exercer essa força à distância. Por exemplo, dir-se-á que o CEO representa os interesses do capitalismo ou expressa os projetos da tecnocracia, e que o operário representa os interesses de sua classe. Certo, pode haver, na prática, uma dúvida sobre a força que causa o fenômeno. O CEO pode querer defender, não o capitalismo, mas a existência de Rhône-Poulenc; o operário P. pode representar, não a classe trabalhadora, mas a região de Pont de Claie. Em caso de dúvida, o dever do analista é identificar uma força real e, em seguida, transformar o ator em alguém cuja ação é produzida por essa força, mesmo se ele diz que acredita/faz outra coisa. "Esse engenheiro acredita influenciar a direção estratégica da Rhône-Poulenc, enquanto que, "na realidade", está confinado à gestão e à negociação de detalhes." Essa operação define dois tipos de movimentos. Uns retilíneos, uniformes, que são evidentes por si mesmos; outros descontínuos, que requerem uma explicação. Que o capitalismo, a tecnocracia ou o interesse de Rhône-Poulenc exerçam uma força à distância não é uma explicação, é o "*primum movens*" tão evidente quanto a gravidade. Por outro lado, o que convém explicar é por que o ator, embora impulsionado por uma dessas forças evidentes, diz/acredita/faz/parece fazer outra coisa. Este desvio com relação à trajetória deve ser explicado por uma outra força, também invisível, mas que o analista não deve hesitar em adicioná-la para concluir a análise.

Em grande medida, a sociologia prérelativista é inspirada na física newtoniana. O movimento e a linha reta, a força da inércia não lhe apresentam nenhum problema. O que requer explicação é o freio, o desvio, o retardo ou a aceleração relacionada à força da inércia. Essa sociologia ainda se vangloria de seu esforço para tentar ser uma física social tão newtoniana quanto possível: atores bem definidos, efeitos quantificáveis, forças mensuráveis, etc. Que o capitalismo, ou o campo, ou o papel, ou a socialização, tenham uma influência sobre os atores, não há sombra de dúvida; essa influência é, diga-se de passagem, mensurável por numerosas evidências estatísticas e se prova pela escolha de grupos de controle bem alinhados. No entanto, toda a habilidade do ofício de sociólogo compromete as incertezas, os contraexemplos, os paradoxos "aparentes": alguns por cento dos operários ainda votam em Giscard d'Estaing; etc. Ao multiplicar as forças invisíveis, pode-se explicar as deformações

locais e manter a existência das grandes leis do movimento engendradas pela força dos grandes atores hierarquicamente localizados no quadro de referência.

A distribuição da surpresa e da indiferença, do que é preciso explicar e do que não se deve explicar é exatamente o oposto na sociologia relativista. Que haja um deslocamento retilíneo e contínuo qualquer é uma proeza rara que é preciso explicar em detalhe. No mundo relativista, nenhuma força de inércia vem prolongar o esforço; é necessário que um outro ator se aproprie do objeto que se movimenta. Que o CEO queira a redução do efetivo da fábrica de Pont de Claie é uma coisa, que ele naturalmente possa utilizar, sem o menor problema, a força que lhe dá o “capitalismo” é outra. Essa força, ele não possui na sociologia relativista. Ele deve compô-la no campo; e com o quê? Com muitas outras coisas além do capitalismo. Do mesmo modo, se o sindicalista espera que a “classe operária” lhe dê a força necessária para fazer uma greve, ele corre o risco de esperar muito tempo e de ficar desempregado antes de ter dito “ufa”. O sociólogo clássico pode contar com as forças mesmo se elas estiverem ausentes, dado que ele as acrescenta aos fenômenos - sua falta é mesmo, para ele, uma prova de sua presença “oculta”. Mas o ator “ordinário”, aquele cujo comportamento o sociólogo “explica”, deve mobilizar um exército para mostrar a mentira do CEO. Ele mobiliza “os dividendos pagos aos acionistas”, os “erros de gestão”, mas também, e por que não?, o futuro de Pont de Claie, sua mulher e seus filhos, ou seja, tudo, absolutamente tudo o que está ao seu alcance. Contrariamente aos sociólogos clássicos, os atores não sabem o que é forte e o que é fraco, e é por isso que eles se medem uns aos outros nas provas de força. O CEO luta para integrar o operário P. em seu programa de redução de funcionários, como se os efetivos fossem o excesso desnecessário que justifica a redução do setor da química mineral e a sua condução para resultados eficazes. O operário P. só pode resistir a essa redução fazendo as contas de outro modo. O “excesso”, para ele, é o dos capitalistas aos quais é preciso se vingar; ele reduz o CEO a uma estratégia internacional de reduções de investimentos que são contrárias a todos os interesses dos operários, da indústria química, da França, da ciência, do mundo, etc. Ele pode, ele deve ser o mais amplo possível, uma vez que ele só resistirá a pressão difundindo-a para o mais longe possível.

A diferença de perspectiva é total nos dois modelos. Na sociologia prérelativista, há atores bem definidos que possuem força que se exerce à distância e de modo direto sobre os outros. Na sociologia relativista, não há atores, não há forças e, portanto, não há nenhuma ação à distância. Para um ator que se desloca, é preciso que ele se componha com outros com os quais ele deve negociar. É negociando que eles se deslocam e se transformam. Tal é a escolha: ou bem não se transformar e não se mover; ou se mover e se transformar, quer dizer, compor-se de multidões que seguem outros objetivos. Só se deslocam, como o mostra Serres, os “quase-objetos”. A batata quente, no jogo, não tem força de inércia. Ela passa de mão em

mão e esse movimento apenas a desloca. Alguém pode deixá-la, alguém pode escondê-la, alguém pode lançá-la.

Depois de Serres, nós chamamos esse modo de movimento de tradução. A operação de tradução elementar consiste em confundir dois conjuntos de interesse, em identificá-los de modo impreciso, de forma que um ator, ao se deslocar, desloca o outro. A imprecisão, a confusão, a negociação, a traição, a combinação são constitutivos dessas relações. A clareza, a delimitação, o encerramento da lista de atores propostos pela sociologia prérelativista certamente matariam a tradução da sociologia relativista. No entanto, que uma ordem seja obedecida, que uma vontade se manifeste, que um poder se exerça, estes são eventos raros, milagres estatísticos tão espantosos quanto se, no jogo de telefone sem fio, o primeiro e o último do círculo das crianças reproduzissem a mesma mensagem. Vê-se que, na sociologia relativista, o “grande tamanho” dos atores é um resultado sempre obtido por composição. É verdade que em um certo nível da controvérsia é o futuro da França, da química e do mundo que são vinculados, associados à sobrevivência do operário P. ou, ao contrário, à redução dos funcionários da fábrica de Pont de Claie. A relação entre o local e o global, esse caminho é o do enrolamento progressivo, da tradução. Que o futuro da França e da classe operária estejam vinculados à greve de Pont de Claie não é um dado, como na sociologia clássica, mas sim o resultado temporário e local de uma associação heterogênea de aliados, todos frágeis e que podem trair na ocorrência de qualquer problema.

Que "o capitalismo" ou "a tecnocracia" possam agir, que haja "efeitos no sistema" ou "estratégias", ou "campos", não é de todo impossível na sociologia relativista, mas em vez de aí ela ver as causas cuja presença basta para explicar a ação, vê-se aí os efeitos temporários de uma composição de atores, composição que não se manteria sem muitas outras alianças. “Fazer um sistema” é um jogo justo; isso não significa que não exista um Sistema social, mas que, localmente, pode-se ganhar força invocando os lances já jogados. A diferença de perspectiva é essencial porque no movimento seguinte, longe de controlar o sistema, o ator poderá, ao contrário, invocar causas particulares e locais, a defesa de Pont de Claie. Mas, na sociologia prérelativista esta incerteza, essas paradas súbitas, estas traições incomodam. Deseja-se, deve-se eliminá-las. Mas na sociologia relativista, elas tornam-se o essencial da pesquisa. O mesmo operário P. invoca a química de cloros, a classe operária, os balanços, a história de Lorraine, bem como o CEO, buscando a todo custo seu objetivo, fala da vontade de Mitterrand, bem como do mercado mundial e da miséria dos jovens que ele não pode contratar por culpa da necessidade de redução dos custos do setor da química mineral, que ele julga arcaica. Uma vez mais, nós encontramos, ao invés de grandes atores tidos por determinantes pela sociologia prérelativista, uma lista mista e heterogênea que explica, entre

outras coisas, porque, no combate, os atores se servem dessa lista para ganhar de grandes atores.

Do mesmo modo que o movimento retilíneo e uniforme, que não põe nenhum problema ao sociólogo clássico, torna-se a raridade a ser explicada uma vez que se passa para o quadro relativista; os desvios com relação à trajetória, que são tão importantes para o sociólogo clássico, não colocam nenhum problema para o sociólogo relativista, que nem sequer os explica. O sociólogo sério tem, em princípio, atores, atores esses que são quase sempre dotados de força capazes de mover outros atores à distância. Na prática, todavia, ele muito frequentemente só obtém uma grande confusão, posto que ninguém está de acordo a respeito de quem representa quem, quem age e quem não age. O sociólogo sério deve, portanto, colocar ordem nessa confusão e classificar as alegações de seus informantes. Mas, neste exercício de classificação, o sociólogo se encontra em meio a paradoxos cada vez mais graves que o obrigam a invenções cada vez mais delirantes. Como nenhum ator obedece os movimentos que as "forças reais" supostamente suscitam, o mundo se povoa de loucos, de inconscientes, de pessoas manipuladas ou alienadas, no meio das quais circulam por vezes admiráveis cínicos e manipuladores maquiavélicos. A manutenção do quadro prérelativista permite deformações tão incríveis quanto o éter dos físicos antes de Einstein. Por exemplo, mesmo que a classe não aja, pode-se dizer que ela age "em si", senão "para si". Melhor ainda: como todos os atores são ao mesmo tempo manipulados pelas forças fixadas pelo sociólogo, e manipulam os outros, eles têm estratégias; mas como estas estratégias estão implícitas, o sociólogo não hesita em dizer que elas são explícitas, embora inconscientes. A estratégia "omni-inconsciente", tal é o monstro criado quando se quer manter o quadro prérelativista e, ainda assim, seguir de perto as controvérsias entre os atores. Nós jogávamos esses jogos quando éramos pequenos, e alguns já até morreram disso.

Não se pode nos acusar de tudo querer complicar, pois todos esses fenômenos tornam-se, no quadro relativista, muito mais simples do que no outro quadro. Todo ator vai em direção reta, pensa corretamente e é tão consciente / inconsciente, implícito / explícito quanto qualquer outro. O operário giscardiano não é mais ou menos monstruoso do que operário devoto de corpo e alma ao Partido Comunista. Como o quadro de referência que permitiria definir o reto e o desviado, o lógico e o ilógico, é o que está em questão e justamente o que se compõe na controvérsia, é absolutamente supérfluo para o observador querer organizar uma distribuição de prêmios. Assim como os graus de realismo ou irrealismo são medidos nas provas de força entre os atores, o grau de lógica ou falta de lógica se experimenta localmente. Nós não sabemos nada sobre a falta de lógica de um raciocínio, sobre a aberração de um comportamento, a sinceridade de um testemunho fora da controvérsia entre os atores. "Ilógico", "aberrante", "falsário", "secreto" são insultos ou elogios lançados no combate por

um ator ao outro. Esses não são termos que permitem analisar o combate. Saia da falsa / boa / má / in / consciência, das argúcias do “em si” e do “para si”, das controvérsias bizantinas sobre a “mera prática” e a consciência do sociólogo erudito. Nada se pode adicionar aos atores e eles sabem o bastante sem nós.

O que é reto, contínuo e não problemático em um quadro, é curvo, descontínuo e problemático no outro; o que é desviado, desigual e problemático em um, torna-se reto, igual e sem história no outro. A “física social” nos dois quadros é irreconhecível. Se a física prérelativista é de aparência newtoniana, a física relativista tem pouca semelhança com a de Einstein. Com seus atores emancipados e seu mundo íntegro, onde tudo só se transmite por composição e traição, é sobretudo em Paracelsus que ela faria pensar! Às transformações de Lorentz que permitem restabelecer por todos os lugares a equivalência das observações e manter a superposição de dois pontos de vista, aconteça o que acontecer e mesmo que os sinais de transmissão de informações sobre os dispositivos de medição não possam ir mais rápido do que a velocidade da luz, nós opomos as traduções de Serres, que permitem descobrir sob as equivalências construídas e consolidadas por cada ator o conjunto de não equivalências originais. “O interesse de Rhône-Poulenc para investir em produtos de química fina” não é nem falso nem verdadeiro, nem limitado nem ilimitado, nem reto nem deformado: é o estado de forças que o seu CEO pôde reunir para constituir esse interesse. A relação entre os atores não se faz por uma simples transformação de medidas, como em Einstein, mas pela revelação de todo o trabalho que as estabelece. Do mesmo modo que nenhum sinal de medição pode exceder “c” na física relativista, na sociologia relativista nenhuma afirmação concernente aos outros atores pode sair do quadro de referência que o ator projeta diante de si para se deslocar. Como resultado, o ator à geometria variável definido no item III não pode transmitir forças de modo previsível, uma vez que essas sempre podem ser retraduzidas e reorientadas. Mais do que um semiconductor, ele é um multicondutor incerto. Às vezes ele transmite como uma correia de transmissão, às vezes ele absorve como um corpo macio, às vezes ele rebate como uma superfície dura, por vezes ele desvia, por vezes ele refrata, por vezes ele se põe fora do jogo e torna-se, em vez disso, o ator principal cuja vontade abarca todas as outras. A física social construída com tal ator, o que não é difícil compreender, não terá nada em comum com a dos atores definidos, hierarquizados, homogêneos e dotados de força da sociologia prérelativista.

#### **IV: Os ofícios dos sociólogos**

Quando os sociólogos falam de reto ou de curvo, de retilineidade ou de desvio, como acabamos de fazer, fala-se sempre de ética. É sobre essas diferenças, ao mesmo tempo

epistemológicas e morais, que nós desejamos terminar essa exploração a respeito dos dois quadros de referência.

Exemplo 7: “o fato de ser católico, operário e morar em Roubaix não predetermina o voto de modo tão certo quanto a rede de neurônios transforma o brilho luminoso em uma piscada de olhos?

As decisões a partir da repetência no sexto ano<sup>1</sup> são tomadas em função de critérios que variam com a origem social. Se eu sou operário especializado, meu filho está atrasado e tem notas medianas, eu o tiro do sistema escolar. Quando se salta para uma outra categoria social, a racionalidade muda, um ponto médio não conduz à decisão de repetir”.

O dever do sociólogo prérrelativista diante de tais regularidades é verificar os alinhamentos e depois explicá-los com a ajuda de uma das forças que aparece no final do percurso e que é chamada de causa de todas as outras. A eficácia do alinhamento se encontra assim bem colocada, por exemplo, no pertencimento de classe, no habitus, nas formas de racionalidade ou qualquer que seja o elemento que se encontra por último na lista. Que este habitus ou este pertencimento estejam presentes, e todas as outras decisões se alinham tão perfeitamente quanto uma malha de ferro colocada na presença de um campo magnético. Uma vez que o alinhamento foi verificado e a causa atribuída, o dever do sociólogo é desenvolver

a sua explicação que dá, assim, ao operário-católico-morador-de-Roubaix a consciência das determinações que lhe faltava. Com esta habilidade, o sociólogo pode, então, encontrar o mesmo alinhamento e as mesmas causas, mesmo que as estatísticas sejam menos nítidas e mesmo se os informantes as neguem veementemente. O dever moral do sociólogo reside na coragem que lhe é necessária para designar as determinações ocultas quando elas não aparecem e quando são negadas pelos atores. É a esse preço, ele pensa, que ele faz uma obra científica, e é sabido por uma certa “Lição sobre a Lição” a que graus de sutileza isso pode levar.

Infelizmente, na sociologia relativista, essas determinações nunca são óbvias. As estatísticas do voto de operário em Roubaix ou da repetência no ensino fundamental não explicam uma determinação escondida, mas elas não fazem senão acolher, no final do percurso, o trabalho de determinação ainda incerto realizado pelos atores. A ligação entre voto, religião, classe, não é uma metalinguagem, é apenas um dos meios constantemente utilizados por políticos para produzir o voto: "como você, um bom católico, votaria em ateus comunistas?". Todos os alinhamentos que o sociólogo afirma descobrir na prática já foram

---

<sup>1</sup> Nota do tradutor: O sexto ano do sistema escolar francês correspondia, em 1983, na época em que foi escrito, à atual sexta série do sistema escolar brasileiro (antiga quinta série). E é importante dizer que, no sistema francês, ir para a sexta série é uma transição importante, pois nela normalmente o aluno muda de escola e de bairro no qual estuda. Existe uma mudança de rotina, estrutura de estudos, que é tida como um rito de passagem importante, que definirá o futuro do aluno – por exemplo, se ele vai chegar ao liceu clássico ou um liceu com perfil mais técnico.

estabelecidos pelos atores. O candidato se coloca na boa posição para receber a cédula de voto, ~~do mesmo modo que se recebe~~ o escoamento da água por derivações sucessivas. O alinhamento estatístico confirma o trabalho realizado pelo alinhador, e assim ele não faz mais que o número marcado em um medidor de gás quando analisa o caso do gasoduto franco-russo. Acreditando explicar algo pelas estatísticas, o analista simplesmente endossa as provas de força dos atores. A sua metalinguagem é uma infralinguagem.

O resultado numérico das determinações sempre oculta a fabricação do dispositivo de medição que permite a numeração. E isso é tão verdade na ciência quanto na política. Como as estatísticas do INSEE (Instituto nacional da estatística e dos estudos econômicos) ou cálculo dos neutrinos solares, o voto ou a repetência no sexto ano são os resultados finais da construção de dispositivos de medição que tornaram equivalentes fenômenos não equivalentes. Em vez de explicar os “dados” da entrada no sexto ano, a sociologia relativista se concentra na fabricação de “ligações”: como é que vamos transformar os pais em decisores (em vez de deixar a decisão para o professor), como faz-se da decisão uma dicotomia (repetência ou não), como se fabricam os critérios de decisão e as fronteiras (notas, limites de idade, período previsível de estudo), como se decide a lista de sanções visíveis e invisíveis (custo de estudos, dissonância cultural). O quadro estatístico não tem significado até que todos estes alinhamentos tenham sido feitos. Depois que eles foram feitos, o quadro estatístico não desperta mais muito interesse, uma vez que todas as decisões importantes foram tomadas. O sociólogo prérelativista se acredita excepcionalmente inteligente porque ele capta as estatísticas finais, embora ele se situe além de todas as determinações e em atraso com relação aos atores que ele alega dominar. Em sociologia relativista, pelo contrário, como na física do mesmo nome, a fabricação dos instrumentos de medição ocupa o centro das atenções. Quem construiu o instrumento tem tudo; quanto às leituras que podemos fazer depois de os instrumentos formados, isso quase não conta, exceto para gerir as situações já prontas, para formar redes, para vigiar montagens. Mais uma vez, a sociologia prérelativista é bem adequada para situações estáveis e atores frios, e inoperante em período de instabilidade ou de construção.

Obviamente, estudar alinhamentos estáveis e lentos não incomoda o sociólogo prérelativista, uma vez que, como vimos acima, o movimento uniforme é para ele evidente. Na sociologia relativista, pelo contrário, estes alinhamentos são uma rara exceção. Se eles se tornam frequentes, é que um enorme trabalho foi feito para mantê-los e entretê-los; é este trabalho, portanto, que deve ser estudado. O vizinho de porta do operário-católico-morador-de-Roubaix-que-vota-em-Mauroy vota, ele, em Giscard D’Estaing; eis, na sociologia clássica, um paradoxo a ser explicado. Mas em sociologia relativista, isso não é nada surpreendente. Uma multidão de circunstâncias deveriam fazê-lo votar de forma diferente. O que é extraordinário, no entanto, é que o dispositivo de votação permita retirar das circunstâncias

alguma regularidade e construir, em meio as traduções, um ou dois números pouco estáveis que permitem medir a força relativa do PS e da UDF. Mais uma vez, a surpresa e a indiferença são inversos nos dois quadros. A regularidade é normal em um e excepcional no outro. Então, o aparelho de medição não tem lugar na sociologia prérelativista enquanto que seu estabelecimento ocupa um lugar essencial no quadro relativista. Falar sobre "metrologia" seria mesmo uma maneira de definir a sociologia relativista.

Na verdade, cada sociologia acusa a outra de estar "à reboque dos atores." Para um sociólogo clássico, a definição do sociólogo relativista é um verdadeiro apelo à covardia. Ele se proíbe de definir os atores. Ele só duvida se há controvérsia entre os atores. Ele se recusa a acrescentar forças se elas não são compostas *in actu*; quando ele se depara com uma determinação pouco estável, ele não acredita, mas estuda a rede de medição que a estabiliza! É um verdadeiro tolo, esse sociólogo relativista; ele segue os atores como um filhote de cachorro e não lhes acrescenta qualquer coisa, indo de tautologia em tautologia. Mas, por outro lado, para um sociólogo relativista, o modo de pesquisar do sociólogo clássico é uma escola de crime! O sociólogo acredita explicar os efeitos por causas que são precisamente os efeitos a serem explicados; ele se arroga o direito de inventar causas mesmo quando nada lhes manifesta, e vê a negação dos atores como a prova de que elas são bem ativas; ele toma por uma explicação o que é o resultado final de um instrumento que ele não estuda; ele acusa constantemente de distorção, de falta de lógica e falsa consciência os informantes que ele acredita estarem abaixo dele, ao passo que estes lhe fazem engolir sapos e o usam sem que ele perceba; ele acredita produzir uma metalinguagem enquanto que ele passa, pela enésima vez, pelas associações feitas pelos atores como se passa a dobra de uma calça; ele é realmente uma verdadeira empregada doméstica que tudo faz.

As implicações éticas dos dois quadros são, como não é difícil perceber, antinômicas. À moral do não-dito opõe-se à moralidade do "expressamente-dito." Para o sociólogo prérelativista, impedi-lo de criticar a sociedade em nome de outros atores ausentes ou não declarados, é retirar-lhe toda função emancipatória e toda capacidade de conhecimento. Para não ficar atrasado com relação aos atores, é-lhe preciso definir o quadro de referência e de nele situar a posição relativa de todos os informantes. Aqui está o paradoxo: os sociólogos prérelativistas passam o seu tempo relativizando os pontos de vista de seus informantes (os dominantes pelos dominados, a ilusão de uma livre escolha pelas regularidades estatísticas, a ilusão de determinações por irregularidades estatísticas). Eles ainda se vangloriam deste "trabalho do relativo", mas nunca o aplicam ao quadro de referência que lhes permite esse relativismo. Por outro lado, na sociologia relativista, a função emancipadora vem do fato que nada é adicionado aos atores e às suas controvérsias. E é exatamente por isso que se pode ver a ocorrência do conjunto de operações de construção dos atores (inclusive, por vezes, as de um quadro de referência hegemônico), e, assim, pode-se igualmente ver a composição

gradativa do poder. Em vez de manter a presença de atores sociais importantes, mas inoperantes, a sociologia relativista prefere seguir como, na prática, os atores constituem seu poder recrutando aliados imprevisíveis e mestiços.

Dentre esses aliados úteis na formação de associações estáveis e macro-atores, o sociólogo relativista não tem nenhuma dificuldade em discernir os sociólogos sérios. Ao “estudar” a sociedade, ao “descobrir” os mecanismos secretos, ao “revelar” os reais atores, incluindo as suas opiniões, os sociólogos sérios contribuem para a estabilização de certos atores. Com efeito, uma vez que, em princípio, não existem propriedades fixas da sociedade, toda determinação prática do que é a sociedade vai ter sobre essa sociedade um efeito considerável. O que é, no quadro prérelativista, uma virtude de conhecimento, torna-se, no quadro relativista, uma “performance”. Os sociólogos, como todo mundo, estão envolvidos no trabalho eminentemente prático para realizar a sociedade. E se eles não sabem mais do que outros, certamente também não o sabem menos! Ao transformar as associações fracas em associações fortes, linhas pontilhadas em linhas contínuas, intuições em leis sociológicas, eles produzem o social do mesmo modo que todas as outras profissões e outras –logias.

Uma certa ironia emerge da comparação entre os dois quadros de referência. No quadro prérelativista, a sociologia é uma ciência que produz uma metalinguagem pela revelação de princípios sob a forma de prática, mas é uma ciência que se desespera por não atingir um grau de certeza suficiente e gostaria de prever ou ser mais confiável, de descobrir fundamentos últimos, de encontrar atores mais estáveis e mais fortes ou de desenvolver interpretações mais fecundas. Em suma, a sociologia é uma ciência que sonha, seja em imitar as ciências da natureza, seja em descobrir significados ocultos. No quadro relativista, pelo contrário, esta sociologia prérelativista não deveria se desesperar; ele já é tão eficiente quanto a ciência natural! Ele permite, não só conhecer, mas também – e acima de tudo – performar o social, ao transformar por todos os meios as alianças, talvez fracas e efêmeras, em associações fortes e duráveis, pela mobilização de novas tropas. Se há de fato uma crítica que é desnecessária fazer à sociologia clássica é a de que ela não é suficientemente científica ou está muito longe da “realidade” social cotidiana. Ela o é suficientemente, ela é mesmo a mais crente das ciências, a mais ingênua, aquela que mais acredita na “objetividade”, na pureza, na necessidade de ser exterior. E é bem isso o que a impede de estudar as outras ciências. Quanto à sociologia prérelativista, vista do quadro relativista, ela não tem nada de extraordinário. É um ofício como qualquer outro que escolhe outros temas e outras alianças. Ao seguir os atores sem nada acrescentá-los, deixando-os livres para fazer todo um mundo tão estranho quanto queiram, feito de aliados tão imprevisíveis quanto assim os atores o desejarem, ela obtém, localmente, uma certa objetividade. Isso não é um estado de espírito, uma virtude moral, mas

um resultado prático; este é obviamente um quase-objeto obtido na e pela controvérsia: ela objeta e objeções lhes são feitas.<sup>2</sup>

Este resultado é obtido por qualquer método em particular? Não, as precauções metodológicas ocupam bastante os sociólogos sérios. Eles esperam, ao limitar o direito à fala, produzir uma explicação que seja, desse modo, mais credível. Esta estratégia, que é mesma de todas as disciplinas científicas, não é realmente necessária no âmbito relativista. Dado que os sociólogos não sabem nem mais nem menos do que os outros, isso lhes permite seguir os atores, o que também permite liberar o próprio sociólogo. Ele pode imputar causas, distribuir efeitos, constituir um quadro de referência tão livremente como qualquer um. O sociólogo relativista não se cala para falar. Pelo contrário, a inflação das precauções de método, como pode ser visto, por exemplo, em Cicourel, e de modo paranoico nos etnometodólogos, é sobretudo um indício de grande ingenuidade. A etnometodologia tem explicitamente por objetivo proteger o informante e nada impô-lo *a priori*; mas confessa que o sociólogo se crê capaz *a posteriori*, uma vez que todas essas precauções estejam tomadas, de fazer melhor do que o informante. Mas, antes como depois, o sociólogo não vai fazer melhor, ele fará ainda muitas vezes pior, em todo caso fará sempre outra coisa. Basta ler os etnometodólogos para se convencer: o claro fluído e emocionante discurso dos atores é constantemente interrompido pela prosa meticulosa, homogênea e previsível do analista cuidadoso. Acreditando se aproximar mais perto ainda do informante, eles, ao contrário, se afastam dele rapidamente, dado que se recusam a mesma liberdade que é dada aos ditos atores. Esse puritanismo é respeitável, mas ele pertence inteiramente ao quadro prérelativista.

As precauções de método são úteis como um meio de aumentar a credibilidade, para produzir um discurso exterior sobre o outro e para servir de aliados "de peso" nos combates para performar o social. Como a sociologia relativista não procura a performar o social, este peso lhe é inútil. Consequentemente, ela não pode conferir a si nem mais nem menos liberdade que aos outros atores. À moral do "explicitamente-dito" se acrescenta uma regra de linguagem: falar, pelo menos, tão clara e tão livremente como o informante. Em vez de deliciosos espasmos de metalinguagem, a sociologia relativista só conhece linguagens. De um ponto de vista prático, o seu objetivo é bastante simples. Reconhecer-se-á a sociologia relativista pelo fato de que a prosa que envolve as citações dos informantes será, ao menos,

---

<sup>2</sup> Nota do tradutor: a frase francesa original é "elle objecte et on lui objecte". No português temos os substantivos "objeto" e "objeção", mas não há o verbo "objetar". Nessa passagem, Latour usa esse verbo no francês usando de modo proposital e irônico um duplo sentido, cada qual relacionado aos substantivos mencionados. Objetar é utilizado tanto no sentido de produzir objetos quanto no de criar objeções. Latour quer enfatizar que em uma controvérsia tanto objetos são criados quanto objeções são produzidas – e assim o mundo tanto se realiza (objeta, no sentido de criar objetos) quanto se desrealiza (objeta, no sentido de produzir objeções) a partir de seus desdobramentos imanentes.

tão boa, tão imprevisível e tão bem digitada e explícita quanto a das ditas citações. Como se pode ver, as pretensões dessa sociologia são as mais modestas.

Por que essa exigência de igualdade entre o sociólogo e o informante torna-se tão crucial? Simplesmente porque a igualdade cria condições de prova completamente diferentes das obtidas pela posição de exterioridade da sociologia prérelativista. Para essa última, o valor de uma explicação repousa sobre a opinião dos outros colegas sociólogos, mas jamais sobre aquela dos informantes dos quais se deve, ao contrário, desconfiar a todo momento, a menos que, como em Touraine, o sociólogo não aceite retirar-lhes da obscuridade ou servir de consciência infeliz. Esta regra geral tem uma exceção significativa, exceção que, tempos atrás, causou a nossa revolta. Quando se trata de ciência ou tecnologia, convém respeitar integralmente a palavra do *especialista* que torna-se juiz do que o sociólogo propõe, e esse último nada pode adicionar à ciência, ele só pode preferir comentários ou apresentá-la de modo vulgar. Em ambos os casos, os privilégios do sociólogo ou aqueles do *especialista*, evidentes para a sociologia prérelativista, se tornam exorbitantes uma vez passados para o quadro relativista. Dado que o sociólogo é um ator como os outros, ele pode muito bem propor a sua interpretação. O verdadeiro teste será convencer, não seus colegas, mas os outros atores, e em particular os informantes privilegiados. Essa exigência parece fraca desde que não se trate de ciência e de tecnologia; ela é máxima quando dessas últimas nos ocupamos.

A prova de verdade na sociologia relativista é definida pelo risco assumido pelo analista. Se ele se limita a repetir as posições de seus informantes, ele não corre qualquer risco, uma vez que endossa as decisões tomadas por eles. Ele ao menos faz turismo ao longo das redes que os outros prepararam para ele. É uma visita guiada, sem surpresa, e providenciada com antecedência. Mas, se o sociólogo interpreta e se põe acima de seus informantes, criando uma metalinguagem que eles não podem interromper, ele também não assume nenhum risco. Ele não luta contra seus colegas no interior de redes disciplinares; a violência dos combates nesses lugares é certamente muito grande, mas a luta é totalmente protegida (geralmente, aliás, o risco é ainda menor porque a interpretação é feita com poucos informantes, na sua ausência e sem falar com outros colegas além do pequeno grupo já convencido).

Sua dignidade, a sociologia relativista encontra quando opõe uma outra interpretação do que o informante diz e faz, e tenta convencê-lo sem afugentá-lo. Por exemplo, o sociólogo, falando com microbiologistas, não acredita no que eles dizem sobre a sua ciência, interpreta a microbiologia em seus próprios termos, resiste à controvérsia que essa redefinição suscita. É essa busca por uma fraternidade conflituosa com pessoas muito admiradas que fundou o projeto de uma antropologia da ciência: se eu nada conheço, isso não é uma razão para não entender o que fazem; eu quero entender o que eles fazem em meus termos e não que eles me

absorvam nos termos deles; mas eu não quero me proteger de suas críticas alegando produzir uma metalinguagem. Suas denegações não provam que eu tenha razão, mas também não provam que eu esteja errado. O acordo dos atores não provam que eu esteja errado, mas também não provam que eu esteja certo. Negociemos termo a termo e passo a passo, sem abrir mão de qualquer coisa que eles tenham pego ou que tenham cedido. E isso, nós faremos como todos os outros atores, sem privilégio e sem inibição. De fato, a sociologia relativista tem um método: fazer qualquer coisa, desde que se construa o mecanismo experimental dessa negociação implacável entre aqueles que se afirmam analistas e aqueles a que talvez essa capacidade seja negada. O risco assumido é a única medida da verdade. Alguns vão achar que esta é uma medida bem fraca. Que eles a tentem, antes de tudo...

## **Conclusão**

Os dois quadros aqui apresentados são ambos perfeitamente consistentes, mutuamente excludentes, e possuem cada um uma representação do outro: no quadro prérelativista, a sociologia relativista é um absurdo; no quadro relativista, a sociologia séria não nos ensina grande coisa. Podemos distingui-los talvez pelo tipo de fenômenos estudados. Em velocidade baixa, em temperatura ambiente, para fenômenos visíveis a olho nu e, em grande parte, já identificados pelos atores, a sociologia prérelativista fica perfeitamente à vontade e não apresenta, é preciso insistir nesse ponto, nenhuma dificuldade em princípio, embora, na prática, ela tenha sempre diante dela inúmeras pequenas dificuldades para resolver. Nós não temos nenhuma querela com ela, a não ser quando ela se crê muitas vezes "mais forte" do que seus informantes, ao passo que ela poderia, deixando de acreditar na sua superioridade, se crer, ao menos, igual.

Em alta velocidade, em alta temperatura, com fenômenos invisíveis a olho nu e que variam muito rapidamente, com associações cambiantes ainda frágeis e novas, essa sociologia prérelativista é, no entanto, totalmente ineficaz. Sejamos claros. É muito útil e extremamente eficaz para constituir o social e refrigerar ou aquecer algumas alianças. Como instrumento prático, ela serve aos atores para que eles definam a sociedade, isto é, para realizá-la. Mas como análise dessas construções, ela permanece tanto mais cega quanto ela se crê clarividente. Bom instrumento de disciplina, de contagem, de gestão, de pesquisa, a sociologia não tem nenhuma "função emancipatória". O que é pesado e sério nela, é o que ela mais despreza: seus arquivos, seus questionários, suas estatísticas; quanto às "explicações" ou "interpretações" de que ela tanto se orgulha, "todo mundo pode fazer o mesmo", como bem diz o senso comum.

Não há nenhuma razão para preferir o quadro relativista ao outro a não ser que o analista escolha como objeto de estudo a construção de fatos científicos ou de artefatos

tecnológicos, ou seja, a objetividade. Nós não estamos dizendo que a sociologia prérrelativista falsa, nós simplesmente sustentamos que ela não pode desenvolver uma sociologia da ciência e da tecnologia, e ainda assim sobreviver ao choque. Deve-se, portanto, como indicado na introdução, seja abandonar esses objetos como ela sempre fez desde o seu nascimento ou fazer as transformações que indicamos. Essas mudanças parecerão a muitos como uma traição do seu projeto e de sua história. Nós acreditamos, mas isso é uma opinião pessoal, que ela é a sua continuação. Mais do que isso, acreditamos que o principal obstáculo para o desenvolvimento da sociologia, mesmo clássica, é a sua timidez frente à ciência e à tecnologia, impasse esse que ela produziu a respeito do que determina, ao mesmo tempo, o mundo natural e o mundo social.

Ao utilizar a expressão relatividade, nós evidentemente assumimos um risco, o de sermos confundidos com a modificação que Einstein fez a física passar. Há entre as duas uma diferença essencial. O termo "relatividade" expressa a razão de ser da física de Einstein: manter as equivalências, custe o que custar. Trata-se aí, pois, de salvar a universalidade das leis da Natureza que devem ser verdadeiras, independentemente dos sistemas de referência dos observadores. Para alcançar este resultado, Einstein foi forçado a transformar o espaço em espaço-tempo, e a dobrar esse último. Foi a esse preço – que não é caro, apesar do que se diz – que ele pôde manter a equivalência das observações: dois pontos confusos são e permanecem confusos qualquer que seja o olho que os olha. Admitir a pluralidade de espaços-tempos, perder no caminho a insuperável distinção entre massas e energias para manter equivalências mínimas pelas quais a estabilidade do cosmos é garantida, tal é o projeto de Einstein. Ora, o quadro analítico que batizamos com o mesmo nome, "relatividade", quer manter a falta de equivalência de princípio dos observadores. A equivalência é o resultado de um trabalho e não o ponto de partida da análise. Partir de equivalências é, para Einstein, o postulado do qual decorrem as transformações que permitem passar, como ele diz, de "um molusco de referência" a outro. Por outro lado, as "traduções de Serres" mostram as equivalências em vias de construção: como unificar os observadores, como passar por vezes de modo direto e previsível de um ponto a outro. A escolha é simples: se você quiser manter esta equivalência mínima e transportar por todos os lugares dois pontos superpostos que permanecerão superpostos, então pegue as transformações de Lorentz e você vai viajar por todos os lugares confortavelmente, dos buracos negros aos infinitamente pequenos. Se você não quiser manter essa equivalência e concorda em ver se transformar, ao longo do caminho, o que você transporta, então pegue as traduções de Serres. A viagem vai ser um pouco desconfortável porque os caminhos ainda não existem! Nós testemunhamos a criação dessas rotas. Há tantas diferenças entre os dois projetos quanto há entre saber dirigir um carro e saber como construir uma estrada.

O leitor entende porque, depois de usá-la, afastamo-nos da expressão "relatividade". O projeto metrológico de Einstein é um estudo de caso privilegiado para a sociologia relativista, uma vez que é um dos estratagemas mais poderosos já imaginados para estabelecer e estabilizar observações elementares e instrumentos de medição. Não há nenhuma razão para que o sociólogo não faça uma sociologia da teoria da relatividade, para que ele não ofereça sua interpretação e não pretenda confrontá-la com a crítica dos físicos. É mesmo um bom exemplo do risco, acima mencionado como única medida de verdade. É até possível dizer que, no quadro relativista, fazer uma sociologia de uma ciência como a física, onde os sistemas de referência, de equivalência, de transformações estão sempre em questão, ou de uma ciência como a química, com seus elementos, suas combinações, suas dissociações, suas transformações, é um problema mais fácil de resolver, mais "suave" do que conseguir explicar como uma intenção de voto pode ser correlacionada com a pertença a um grupo social. Esse último problema é realmente difícil de resolver e realmente "duro". O leitor entende, enfim, porque nós escolhemos o estudo da ciência e da tecnologia no qual, por definição, são sempre recompostas, redefinidas, reassociadas as entidades sociais ou naturais através das quais os atores povoam o mundo. Isto não é para impressionar aqueles que estudam os guetos, o voto popular, a socialização de jovens meninas, etc. Mas sim, nós estudamos as ciências e as tecnologias porque elas são muito mais fáceis do que o resto dos objetos da sociologia clássica...